

# MEIO AMBIENTE NA CONTEMPORANEIDADE: SIGNIFICADOS E SENTIDOS

*CONTEMPORANEOUS ENVIRONMENT: MEANINGS AND SUBJECTIVITIES*

**Maria do Socorro Pereira de Almeida<sup>1</sup>**

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

**Sérgio Luiz Malta de Azevedo<sup>2</sup>**

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

## Resumo

Este artigo tem como objetivo principal, refletir sobre os significados e sentidos que vem sendo atribuídos ao meio ambiente. No texto, discutem-se inicialmente alguns conceitos ligados à ideia de Natureza, Ecologia e Meio ambiente, para em seguida incidir sobre os sentidos e significados relacionados à questão ambiental. Discutem-se ainda, a visão política, da educação e da atuação midiática em relação à natureza, buscando identificar os elementos que sustentam tais visões.

**Palavras-chave:** Natureza. Meio ambiente. Contemporaneidade.

## Abstract

This paper aims to reflect on the significance and meanings that have been attributed to the environment. Initially discuss some concepts related to the idea of Nature, Ecology and Environment, then to focus on the meanings related to environmental issues. We discuss also the political vision of education and print media in order to identify the elements that support such views.

**Keywords:** Nature. Environment. Contemporaneity

## Resumen

Ese artículo tiene como principal propósito reflexionar sobre los significados y sentidos que hoy son atribuidos al medioambiente. En el texto, se argumenta inicialmente algunos conceptos con relación a la idea de la Naturaleza, Ecología y Medioambiente, para incurrir enseguida sobre los sentidos y significados relacionados con los contenidos ambientales. Se debate todavía la visión política, de la educación y de los medios de comunicación, relacionados a la naturaleza, buscando indentificar a los elementos que apoyan aquellos dictámenes.

**Palabras claves:** Naturaleza. Medioambiente. Actualidad.

<sup>1</sup> Doutora em literatura e cultura (UFRPE), professora da UFRPE - UAST - Unidade Acadêmica de Serra Talhada. E-mail: socorroliteratura@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, professor adjunto da Unidade Acadêmica de Geografia (UFCG) e do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail: maltaslma@gmail.com

## **1. Introdução**

Uma das preocupações com as quais a ciência tem se deparado nos últimos anos é a de construção e reconstrução de suas bases epistemológicas e teórico-conceituais. Nesse sentido, os conceitos de natureza, meio ambiente e ecologia vêm recebendo inúmeros contributos, principalmente das ciências, que têm se afirmado a partir da integração de conhecimento na perspectiva interdisciplinar, cujos constructos se inserem nos processos que sofrem transformações importantes no contexto das relações sociais, econômicas e artístico-culturais contemporâneas. Isto ocorre, principalmente com relação à uniformização de padrões socioeconômicos, nos quais se verifica um alto grau de vinculação de conhecimentos técnicos à rápida difusão desses conhecimentos, naquilo que se convencionou chamar de globalização.

Tal fato é demonstrado por Malta (2006) quando se refere à invenção de artefatos técnicos, a exemplo dos celulares computadores, smartphones, iphones, tablets, entre tantos outros produtos que constituem inovações, que são rapidamente difundidas pela mídia, como objetos de consumo de massa, demonstrando claramente a tendência dominante da aceleração do tempo decorrido entre a descoberta de um processo tecnológico e a sua transformação em produto para o mercado.

Nesse artigo pretendemos, portanto, refletir sobre os significados e sentidos atribuídos ao meio ambiente na contemporaneidade, a começar por uma apreciação conceitual das abordagens, em geral, ligadas ao meio ambiente, tais como natureza e ecologia, buscando-se a dialeticidade dos contextos em que tais termos são adotados e as simetrias e assimetrias das transversalidades que lhe são atribuídas.

No segundo momento, o qual consideramos o cerne desse trabalho, buscamos refletir sobre os sentidos e significados atribuídos ao meio ambiente, inclusive no campo dos debates políticos e da seara da educação ambiental. Ressaltamos ainda, a forma como a mídia vem atuando sobre o contexto ambiental, sobretudo a televisiva, sendo um dos principais impulsionadores de sentidos e significados, que lhe são atribuídos. Na conclusão fazemos uma síntese das principais constatações do artigo.

## **2. Apreciação dos significados atribuídos ao meio ambiente**

O homem, como ser racional, procura sempre mais do que necessita para sua sobrevivência e existência como sujeito social. Atribuímos tal contexto, ao caráter egocêntrico de suas atitudes, transformando-se, em meio a lógica contraditória e desigual do capitalismo, em objeto reificado. Influenciado pela retórica midiática, ele tem sido guiado por aquilo que

denominamos de onda consumista, que em muito vem comprometendo o uso dos estoques de recursos naturais, em escala planetária. Por isso é interessante observar a visão de natureza nos dias atuais, as ações e reações que afetam o mundo e o homem como um todo.

Marcos Carvalho, em *O que é Natureza* (2003), usando o senso comum e questionando sobre a dificuldade de se conceituar a natureza observa que “todos sabemos e usamos as expressões natural e natureza como contraponto àquilo que consideramos artificial” (p. 9). No entanto, ele mostra que não há realmente um conceito, mas perspectivas que levam a deduções sobre processos naturais e não naturais:

Importante é compreender que entre os seres humanos e os outros seres que compõem a nossa realidade as diferenças não se devem ao fato de uns serem naturais e outros não. As diferenças encontraremos nas dinâmicas, nos ritmos, nas finalidades, nas formas, na reprodução, na recriação que cada um ou conjunto de seres que compõem o planeta apresenta (p. 11).

Percebemos que, diante de tantas possibilidades de assunção de sentidos e significados de natureza, é importante ressaltar pelo menos um ponto em comum a quase todos os elementos que caracterizam semanticamente a ideia para o termo, que existe uma natureza interna e uma externa, ou seja, existe aquilo que é a aparência, que pode ser diretamente abarcado pelos os nossos aparelhos sensitivos; e a essência, que só pode ser compreendida sublimando-se o nosso pensamento e elevando-o pela reflexão virtuosa. É nesse sentido que o corpo visível e a essência fazem o homem “ser” o que é. Isso quer dizer que, além daquilo que o anima, tem também a forma como se dá essa animação e a especificidade dela em relação à dos outros sujeitos, que forma o caráter, a identidade enquanto ser, e a alma, de modo que ela se faça perceber pelas ações.

Para muitos, refletir sobre a natureza pode parecer redundante, haja vista que todos já ouviram falar sobre essa questão, daí porque a impressão de que o assunto já se encontra, por demais discutido. Assim, é importante ao nos depararmos sobre essa questão, nos esforçar para pensá-lo globalmente, integralmente, de modo que possamos ver o que está invisível, ou seja, aquilo que o nosso aparelho cognitivo não consegue apreender, a primeira vista. Nesse caso, devemos pensar que a compreensão integral só pode ser alcançada com um olhar que vai além dos limites da área em questão. Como se vê nas assertivas de Vasconcelos (2002, p. 33): [Libertando-nos da nossa unicidade] “na forma de pensar, de ver e de fazer as coisas [evitamos o que se denomina] de paralisia de certeza”.

Ao nos debruçarmos sobre as vertentes que ramificam os estudos sobre a natureza, geralmente levamos em conta os reinos animal, vegetal e mineral, nesse contexto vamos acrescentar o humano. Não queremos, com isso, tirar o homem da condição animal, mas tentar

imaginar dialeticamente a natureza interna (humana) e a externa (meio ambiente) o que se pode fazer também em relação ao animal. Por outro lado, observamos outros elementos que compõem o grande número das manifestações da natureza e que, muitas vezes, devido à velocidade com que nos impulsionamos rumo aos nossos objetivos esquecemo-nos de considerar.

A natureza primitiva como imaginamos é o que concebemos como intocado pelo homem, mas a visão de natureza, especialmente pelo homem moderno, se torna ainda mais complexa, porque geralmente a vemos como o físico externo e não paramos para pensar sobre quais elementos se encontram compostos nesse todo enigmático a que chamamos de natureza. Nela se entrelaçam os quatro macros elementos: terra, água ar e fogo, assim como os elementos que evidenciam a dualidade universal, como luz e escuridão, frio e calor, vida e morte, entre outros.

Para Marcos Carvalho (2003), talvez as dificuldades de entender e conceituar a natureza se devam a própria condição e tempo de existência da terra e do homem, já que aquela possui aproximadamente 5 bilhões de anos, enquanto que a espécie humana conta apenas com mais ou menos 100 mil anos. Dessa forma, a história da humanidade seria insignificante perante a história da natureza, apesar de a capacidade humana de raciocínio e de aprender a contar o tempo e racionalizar o espaço e o tempo permitam ao homem, pelo menos em tese, saber que é fruto dessa mesma natureza e notar que há uma interdependência entre as histórias da terra e a humana.

A espécie humana conseguiu chegar a um nível de evolução que, de certa forma, vem conduzindo-a em sentido contrário, por isso se pode afirmar que a presunção e o egoísmo humano têm orientado o homem para a falsa ideia de que a natureza existe para exploração e destruição. Nesse sentido, a racionalidade, como diferencial exclusivo do ser humano contribui mais para destruição do que para a conservação e preservação sustentável da relação entre sociedade e natureza.

Na ânsia de explicar a natureza, o homem busca de forma racional e imaginária fundamentos que promovam, a cada instante, mais um passo em direção, não só ao conhecimento mais aprofundado de sua existência cósmica, como também a relação de tudo que está na terra. Um bom exemplo disso, tem sido dado pela ciência geológica, cujos fundadores propagaram suas ideias sobre a terra, ainda no século XVIII, a exemplo do pioneirismo do francês James Hutton, perspectivas que também fazem surgir, no século XIX, homens como Charles Darwin.

É importante perceber que, embora algumas dessas iniciativas pioneiras sejam, hoje, refutadas em alguns aspectos, a exemplo da teoria darwiniana sobre a origem das espécies, são, ao mesmo tempo, paradigmáticas para as novas descobertas no processo progressivo do desenvolvimento da ciência.

É notório, por exemplo, que no final do século XIX a descoberta da radioatividade, pelos franceses Henri Becquerel, Pierre e Marie Curie, é que vai possibilitar que a Geologia estabeleça uma cronologia (eras geológicas), chegando-se a estabelecer a contagem do tempo de existência da terra. Durante muito tempo a terra foi uma incógnita, foi o centro de muitas especulações, formando-se inúmeras controversas entre os observadores do universo, em particular, sobre a mecânica de entendimentos de outros planetas.

Em oposição a esse pensamento, no Oriente a natureza sempre foi tida como Deus, ou seja, não seria Deus o criador da natureza, mas a própria natureza, a quem o homem deve respeito, obediência e adoração. Para os gregos antigos a natureza era vista de forma sistêmica e interacional, em que todas as partes da natureza e, também, a natureza humana formavam um todo complexo em que partes se acomodavam para assumir sua função no todo universal. Esse todo seria a *physis*, ou seja, o fundamento que confere a unidade universal e o princípio de tudo que existe.

Com o advento do Cristianismo alguns conflitos ganham vida e, por ser a Igreja detentora de poder na Idade Média, prevalecia a sua percepção sobre o mundo, sendo Deus, nesse contexto, um ser nímio e poderoso que criou a terra, o homem e os outros seres. Vê-se, portanto, que a terra e a natureza em geral, são concebidas de acordo com os costumes, hábitos e tradições societários. Assim, a natureza é um todo sistêmico, no qual os indivíduos, consoantes os contextos históricos, participaram e participam segundo sua concepção de mundo.

No Renascimento, com a ascensão do eurocentrismo, o homem começa a perceber que podia dominar o mundo, uma vez que se colocava como superior às outras dimensões da natureza, isto por ser o único ser pensante na terra. É interessante notar que a Educação Ambiental, ensinada na maioria das escolas no ensino básico brasileiro, ainda hoje assume uma concepção fragmentária de natureza, sendo, o homem, concebido como um elemento que se posiciona de fora das conexões vitais da natureza, de onde comanda com “mão de ferro” o conjunto das forças que operam no mundo, quando na verdade, rigorosamente, não se deve estruturar separadamente a história do homem da história da natureza.

Nesse sentido, Dakir Lara Machado (2004), observa que a paisagem natural é idealizada, uma vez que os mapas temáticos, por exemplo, trazem a natureza intocada ignorando assim os

processos de transformação e degradação dos espaços pela ação humana, minimizando a importância histórica desses processos, a exemplo das revoluções industriais, nas quais os prejuízos não são evidenciados. Dessa forma, é difícil a conscientização do valor da natureza e do homem como um elemento endógeno. A autora faz um estudo minucioso sobre os livros didáticos e observa, ao longo da pesquisa, que a natureza é concebida sempre do ponto de vista do ambiente físico e o homem como um corpo exógeno, ou seja, como elemento de fora que coloca a natureza à sua disposição.

Com a revolução industrial em meados do século XIX e no período atual, com advento do desenvolvimento técnico e científico torna-se irrefutável a preservação da natureza. A partir dessa assertiva, nascem os lugares de contenção, por assim dizer, criados pelas relações capitalistas, como forma de proteger pedaços de áreas no ideário de uma vida que se supõe ser ecologicamente correta. Assim, criam-se parques florestais na tentativa de preservar algumas espécies, no qual são confinados vegetais e animais em zoológicos, parques botânicos e outras áreas de preservação em que curiosos visitantes deixam-se explorar pela especulação capitalista, vendendo seu “tempo livre” para ver um pedaço de natureza “privatizada”.

A parte desses pequenos “Oasis” o resto dos espaços são tomados pelo “desenvolvimento” que está sempre criando meios para estimular o consumismo, mantendo a distância entre homem e natureza. Dessa forma, a natureza é um “bem de consumo” apropriada pelo homem, não qualquer um, mas aqueles que controlam visceralmente o poder capitalista, o que nos leva a questionar se realmente existe ainda o primitivismo natural.

Veja-se que é em meio a esse emaranho de concepções e desprezo com a natureza que surgem a educação ambiental como tabua de salvação e que por meio de ações benquistas lançam mão das inovações técnico-científicas para retroagir a sua condição de “ser natural” ao procurar, de alguma forma, o contato com o mundo natural. Assim, ainda que fragmentadamente cria meios e desenvolve-se campanhas de educação, cujo objetivo é conscientizar as pessoas da importância da conservação e preservação do meio em que vive, como afirma Carvalho:

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e [deve] pensa [r] o meio ambiente, não como sinônimo de natureza, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente (2008, p. 37).

As palavras e as ideias são criadas conforme a necessidade humana e com o tempo elas podem desaparecer e reaparecer ou mesmo se fortalecerem, sempre para suprir a necessidade primária do existencial humano. Na atual situação em que se encontra a relação

homem-natureza algumas palavras e ideias criaram força. Certamente esse é um dos motivos pelo qual o tema mais debatido em Academias de um modo geral, congressos, e encontros de autoridades governamentais é a ecologia e o meio ambiente.

### **3. Ecologia e meio ambiente: sentidos e significados**

Neste tópico tentamos analisar os sentidos e significados atribuídos às principais expressões vinculadas à ideia de meio ambiente, a começar pelo vocábulo Ecologia, termo criado por Ernest Haeckel, a partir da palavra grega *iokos* (casa), para denominar uma disciplina da área da Biologia, que tem como função estudar as relações entre as espécies animais e seu ambiente orgânico e inorgânico.

Na prática Haeckel foi um difusor das ideias evolucionistas de Darwin e deu ao termo Ecologia o sentido de Ciência das relações dos organismos com o mundo exterior, com esse sentido o termo alcançou um significado mais amplo, ou seja, houve uma soltura do vocábulo (Ecologia) da condição apenas biológica, abrindo-se a possibilidade de, através dele, se ver as ações socioambientais que caracterizam as chamadas lutas ecológicas.

No plano dos debates políticos há quem atribua relações muito próximas entre ecologia e socialismo. Essa convergência teve início, segundo Michael Lowy (2005), através da figura de Chico Mendes que, segundo o autor, se transformou em um verdadeiro herói brasileiro por defender “com mãos nuas” os povos tradicionais da floresta amazônica, a exemplo dos seringueiros e suas mulheres, os trabalhadores rurais, e os índios, fato que Lowy expõe da seguinte forma: “Algumas vezes os trabalhadores são derrotados, mas frequentemente conseguem parar, com suas mãos nuas, os tratores, bulldôzers e motosserras dos destruidores da floresta, ganhando, às vezes, a adesão dos peões, encarregados do desmatamento” (p. 10).

Dessa forma, vemos que não podemos separar natureza, ecologia e meio ambiente, uma vez que tudo converge para a vida em sociedade e trata-se de ações e reações do homem enquanto ser natural e social, perspectivas que ganham um contexto ecossocial e dialético. O humanismo seria uma das questões da perspectiva de Marx, no sentido de que o homem é um ser natural e precisa se conscientizar de que a natureza, bem como todo ser humano precisa ser respeitado e preservado. Assim, a visão da integrada da relação sociedade-natureza é fundamental para sustentabilidade do homem, enquanto sujeito imbricado nessa relação. Nessa perspectiva Lowy afirma:

A crise ecológica, ao ameaçar o equilíbrio natural do meio ambiente, põe em perigo não apenas a fauna e a flora, mas também e, sobretudo, a saúde, as condições de vida, a própria sobrevivência de nossa espécie. [...] o combate

para salvar o meio ambiente, que é necessariamente o combate por uma mudança de civilização, é um imperativo humanista, que diz respeito não apenas a esta ou aquela classe social, mas ao conjunto dos indivíduos (2005, p. 73).

Vê-se que não se trata de uma ação sobre a “natureza”, mas sobre o homem, pois é da consciência ecológica e humanista dele que irá se desencadear suas ações, interações com o meio ambiente e com ele próprio, a partir do momento em que ele se veja no outro. Daí a necessidade apriorista da educação ambiental, ainda que muitas vezes, seja ensinada de forma equivocada, no sentido de mostrar para o estudante uma visão dicotomizada da relação homem-natureza, na qual a natureza aparece como vitimizada, “coitadinha”, frágil e que precisa ser cuidada, quando deveria ser apresentada de forma que o aluno se veja como sujeito imerso na teia de relações do contexto natural.

Atualmente, a discussão ecológico-ambiental tomou corpo e é discutida em todo mundo. A relação capitalista, aliada aos meios de comunicação, se colocou ao lado de ambientalistas, mas nos resta analisar como é possível conviver com as contradições dessa relação, uma vez que o consumo é incitado a cada segundo, pelos mesmos meios de comunicação que são “manipulados” pela lógica contraditória e desigual das relações capitalistas.

Nessa perspectiva, Miguel Grinberg, no livro *Ecofalacias, El poder transnacional y la expropiación del discurso “verde”* (2012) observa essas atitudes, criticando a omissão com a preocupação ambiental, perpetrada pelas grandes empresas e pelos meios de comunicação, sendo necessário que a questão ambiental assumisse foro mundial para que tal omissão começasse a ser revista, é preciso observar, no entanto, que há uma hipocrisia e um simulacro por parte das citadas partes. Desse modo ele diz que:

Ahora, el discurso predominante corre por cuenta de poderosos consórcios transnacionales que promoven – para sobrellevar la transición hacia una era de “desarrollo sustentable” – una panacea universal: el capitalismo verde. Que trata de maquilar un acumulo de falácias a fin de dissimular una antigua plaga corporativa: la dependência de los pueblos excluidos de los privilegios de una supuesta “sociedade de consumo” diseñada para minorias privilegiadas (p. 11).

Vê-se que há uma manipulação discursiva intencional para que o humano se mantenha num mundo ilusório, no qual o sujeito é levado a pensar que está inserido virtuosamente no mundo “sustentável” quando, na verdade, não passa de massa de manobra, em que são criadas mimeses da natureza para a obtenção, exclusivamente, de lucro. Do mesmo modo, o discurso utilizado em prol do meio ambiente não condiz com a prática cotidiana, pois se compromete com uma falsa aliança, um disfarce, para esconder a depredação da natureza pela transformação massiva de recursos naturais, em bens de consumo.

Segundo o citado autor, o que se evidencia é um acúmulo de falácias que não se sustentam nas ações. Ele questiona as estruturas capitalistas e as transformações ambientais, ao passo em que mostra como o crescimento econômico pregado, na prática, provoca, por outro lado, um subdesenvolvimento, em virtude do esgotamento dos recursos naturais, a exemplo dos minerais e do solo. Neste processo está inserido, também, a contaminação biológica, representada pelos diversos agentes de veiculação de enfermidades, seja do homem, dos animais e dos vegetais.

O argentino, como um dos estudiosos dos impulsos evolutivos da consciência humana, usa uma linguagem objetiva e direta e “ataca”, enfaticamente a falsidade ideológica debitada como ônus para a sociedade, pela espúria aliança constituída pelos grandes conglomerados capitalistas, por parte de alguns setores da mídia e pelo estado que se associam em torno de interesses “menores”, frente às desigualdades e contradições das relações capitalistas.

Em consonância com o pensamento de Grinberg, a ecofeminista russa, Charlene Spretnak, entre outros questionamentos, pergunta: “Como pudimos, durante tanto tiempo prestar tan poca atención a la continua degradación de nuestro hábitat”? (1992, p. 17) A autora, no livro *Estados de Gracia – como recuperar o sentido para uma modernidade ecológica*, mostra, de forma crítica e com uma linguagem, muitas vezes, mordaz, os enganos cometidos por todos os povos e, ao mesmo tempo, as falsas promessas de uma modernidade equivocada, como se evidencia no trecho, a saber:

La creencia “natural” de la era moderna, aquella que otorga a la economía el lugar de fuerza rectora subyacente a todas las demás actividades humanas, puede llevarnos a suponer que el materialismo es el credo de la modernidad. Sin embargo los Estados Modernos, tanto capitalistas como socialistas, han com petido entre sí por imponer un industrialismo depredador de la base matéria de la vida: el aire, el suelo y el agua (1992, p. 18).

Vemos que a opinião da autora sobre a união majoritária do capitalismo, do Estado e da mídia, se coaduna com o pensamento de Grinberg, assim como também a visão da autora sobre a hipocrisia dos países ditos socialistas, a exemplo da China, que têm se firmado através de promessas de prosperidade, em geral, alcançadas com a exploração de mão de obra barata, advinda das classes sócias de menor status econômico.

A autora também questiona o olhar desconstrutivista que tende a fragmentar tudo, levando a uma concepção divisionista de homem e mundo. Ela observa o homem pós-moderno que, ao tempo em que prega a defesa da natureza, a qual ele concebe fora de si, através de atitudes emblemáticas, esse homem parece não perceber que é formado por cada componente da natureza. Alguns jovens, em particular os universitários, muitas vezes seguem movimentos

e fazem discursos no intuito de permanecerem em pretensamente atualizados, especialmente naquilo que estiver em evidência, seja na perspectiva científicista, ou no puro modismo alienante, ou seja, vale o que é massivo nas práticas pós-moderna, de tempos efêmeros.

Em pouco tempo, esses mesmos jovens podem desenvolver atitudes vulneráveis, porque não estão sendo preparados de forma consciente, enraizados em sistemas culturais perenais, apenas são levados cegamente pela “maré” do modismo pós-moderno. Nesse contexto, Charlene incita uma visão cósmica em que o indivíduo seja visto como aquele que é formado por elementos naturais. Assim ela coloca que:

Toda la experiencia y el conocimiento de la humanidad se insertan dentro de las manifestaciones evolutivas del universo, una comunidade de seres, interactiva y genéticamente vinculada. Nuestro clan, que incluye todo lo que abarca nuestro sistema solar, descende de uma bola de fuego. Los elementos que componen nuestro cuerpo son los mismos que se encuentran em los árboles, rocas, zorrinos y riachos [...] (1992, p. 23).

A autora reconhece que existem dois tipos de pós-modernismo: o da desintegração, que consiste na degradação de valores e forma numa cultura autodestrutiva; e o ecológico que em que ocorre a vinculação de todos os seres em uma linhagem cosmológica. Dessa forma, ela observa, que ao se aproximar da consciência de unidade em que percebemos não só a nós, mas também ao outro e tudo que está ao redor nós entramos em um estado de Graça.

A visão social é abissal e, segundo Boa Ventura de Souza Santos (2010), o mundo pode ser dividido em duas partes: a hegemônica sociedade dominante e os espaços de horror e de morte como os lixões, as favelas, as condições insalubres dos moradores de rua. Dessa forma, esses espaços se tornam espaços de resistência, abrindo uma heteronímia, compactuando aqui com a visão Foucaultiana (2001), pois são essas complexas relações que estabelecem as desigualdades que acabam socializando para todos os deveres e obrigações, restando, apenas para alguns os direitos benquistos. Dividem-se assim diferentes mundos que coexistem em um mesmo espaço, porém, separados por fronteiras, representadas por relações de poder disforme, em suas complexas formas de atuação.

Em um contexto mundial, Luc Ferry, em *A nova ordem ecológica* (2009), mostra o comportamento da humanidade através dos tempos, com relação aos elementos naturais. Comunidades cristãs que acreditam serem, estes seres, criação de Deus e sua estada na terra, permissível por ele. O autor relembra histórias em que comunidades buscam ajuda dos representantes da Igreja para o afastamento de pragas. Isso mostra que o respeito à natureza vinha de uma crença de que ela pertencia a Deus, ou seja, Deus domina a natureza e se ela for molestada poderá, o molestador, ser punido por ele. Vê-se que não era a consciência de não

maltratar outros seres que levavam as pessoas a não atentarem contra outros elementos naturais, mas o temor ao castigo de divinos.

O autor observa que, na contemporaneidade, criaram-se leis para assegurar os direitos do homem, da criança, da mulher, do negro e do índio. Assim, quem sabe haja a possibilidade de se criar leis, mas efetivas, que possam defender os direitos de outros elementos, (nos referimos aos vegetais e minerais), só que agora para a proteção contra as ações do próprio homem que, como uma praga, vem dilapidando incessantemente tais elementos. Assim, não só o homem teria direitos jurídicos efetivos. Daí porque a questão: se o homem que tem em seu favor a voz da razão para lhe garantir defesa, como o restante da natureza poderia se defender do próprio homem?

Uma boa alternativa seria o homem encontrar no alto de sua razão, algum refinamento no seu senso de justiça, se voltando para colaborar com o equilíbrio natural, não pelo interesse próprio (humano), mas pela própria condição holística que é intrínseco as relações naturais, ou seja, na perspectiva da proteção da diversidade biológica e criação de um estatuto da natureza. Como argumento, Ferry usa as palavras de Marie Angeles Hermite (1988), quando ela diz:

Se faz de uma zona, escolhida de seu interesse como ecossistema, um sujeito de direito, representado por um comitê ou uma associação encarregada de fazer valer seus direitos sobre si mesma, ou seja, seu direito de permanecer como estava ou seu direito de passar para uma condição superior (FERRY, 2009, p. 23).

Ferry coloca o humanismo “entre parênteses” quando questiona onde termina o direito de um e começa o direito do outro, entre o humano e o não-humano, ou seja, “trata-se de saber se o homem é o único sujeito de direito ou ao contrário, se o que chamamos hoje de “biosfera” ou “ecosfera” e que no passado chamávamos de Cosmos também o é” (p. 24).

Para o citado filósofo, em se tratando de modernidade, em que o homem está imerso nos aparatos tecnológicos, fica difícil para ele renunciar a condição de superioridade, por mais artificial e desnaturado que seja. Por isso se torna tão difícil refletir sobre ecologia contemporaneamente, pois as diversas filosofias que embasam essas discussões encaram-na de formas diferentes, porque se juntam construções do passado e do presente, criando, muitas vezes, adversários fictícios.

Nesse sentido, Ferry afirma que existem hoje três direcionamentos sobre o pensamento ecológico atual. O primeiro tem como princípio a proteção da natureza para que o humano possa viver sem degradar o ambiente, no entanto, esse princípio deixa evidente a visão fragmenta. O segundo direcionamento é o utilitarista, ou seja, o uso pela necessidade, mas ao mesmo tempo vê que é necessário também o bem-estar de tudo que está no mundo em que, segundo ele: “todos

os seres suscetíveis de prazer e dor devem ser tidos como sujeitos de direitos e tratados como tais” (2009, p. 30).

Desta forma, o animal passa a se incluir na seara das discussões ético-moral, assim como os homens. Porém, ao analisar essa questão encontramos um paradoxo: se o animal tem direito a vida, porque continuamos a criar algumas espécies em larga escala com o fim único de alimentar o humano? O que nos faz escolher entre o bovino e o canino, o felino e um ovino, porque uns são eleitos para preservação e outros para alimentação? Sendo assim, até onde se estende a ética e a moral nas relações entre o homem e o animal, inconsciente de ser? Seria apenas uma questão cultural? Deixemos que o nosso leitor reflita sobre essas questões e chegue as suas próprias conclusões.

A terceira ecologia colocada por Ferry é a Ecologia profunda, que defende, por exemplo, o direito da árvore, ou seja, que o ambiente natural não pode ser sacrificado em prol de um humanismo egoísta e cego. Tal princípio é sustentado por movimentos “alternativos”, na Alemanha e EUA e tem defensores como Aldo Leopold nos EUA, considerado o pai da Ecologia profunda; Hans Jonas, na Alemanha, que tem trabalhos como *Princípio de responsabilidade* (1979) e o Frances Michel Serres. Essa concepção ecológica defende que o homem deve ser protegido de si mesmo e que o universo como um todo deve se tornar sujeito de direito. Ferry observa o contexto da ecologia profunda da seguinte forma: “Precisamos dar um passo suplementar, levar finalmente a sério a natureza e considerá-la dotada de um valor intrínseco que exige respeito” (2009, p. 122).

Isso não deve acontecer somente porque somos racionais e a natureza, ao contrário, um ente irracional e frágil. A questão é outra: como proteger a natureza como tal, pois descobrimos que ela não é uma simples matéria bruta, maleável e sujeita a exploração incomensurável do homem. Na verdade, trata-se de um sistema complexo, cujo equilíbrio depende da manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, em que pese o excessivo uso dos estoques de recursos naturais que tem tendido a exaustão, numa “situação limite”, como diria o filósofo da antiguidade grega, Heráclito.

Os Postulados de Ferry, em defesa da questão ecológica, nos reporta a Felix Guatarri e à obra *As Três ecologias*, (2005), na qual ele sugere três aspectos que precisam ser (re)vistos nos estudos ecológicos, por acreditar que há distorções no pensamento político e nos processos em que o homem opera as relações ambientais. Para ele, tratam o problema numa perspectiva parcializada e tecnocrata, o que impede uma visão mais completa, em benefício, do entendimento e resolução dos problemas fundamentais da ecologia. Nessa perspectiva, Guatarri afirma que há três direções a serem seguidas pela perspectiva ecológica: “o meio ambiente, as

relações sociais e a subjetividade humana”. Dentro da perspectiva da “Ecosofia” proposta por ele o meio ambiente segue outro rumo, o da reciprocidade de relações, opondo-se, dessa forma, as contradições das relações capitalistas.

Percebe-se assim que, enquanto Guatarri propõe um olhar heterotópico, que veja a ecologia globalmente, num mundo em que todos os seres possam viver bem como ele mesmo afirma: “Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica, a não ser em escala planetária e com a convicção de que se opere uma autêntica política social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (2005, p. 9); Ferry segue os passos do seu contemporâneo, (uma vez que a primeira edição de *As Três ecologias* é de 1990), observando os direcionamentos dos pensamentos ecológicos existentes na contemporaneidade e discutindo sobre eles.

Guatarri observa ainda que a subjetividade humana não se estrutura separadamente das relações sociais, assim como todo contexto tecnológico e econômico fazem parte da vida humana, influenciando os outros dois aspectos. A natureza é o homem assim como ele é a natureza por isso:

Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura [e da Literatura] e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referências sociais e individuais e [Simbólicos]. Tanto quanto algas mutantes e monstruosas invadem as águas de Veneza, as telas de televisão estão saturadas de uma população de imagens e de enunciados “degenerados” (GUATARRI, 2005, p. 25).

Esse autor comunga também com a ideia de que a mutação técnico-científica e o exacerbado crescimento demográfico podem acarretar a degradação da humanidade, através do desemprego, da marginalidade, da ociosidade, da solidão, da angústia e da neurose que é a síntese da degeneração mundana, trazendo a sensação de que o mundo desmorona celeremente.

Levando a discussão para o campo da educação ambiental hoje, Marcos Reigota, um dos precursores dessas ideias, ainda nos anos 70, mostra a importância da educação para o meio ambiente, diante da ameaça do desequilíbrio ambiental. Para o autor, a educação, nesse sentido, dará, ao sujeito, uma nova concepção de mundo e de ser. Assim ele afirma que:

A educação ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre as gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa, tanto no nível nacional quanto internacional (2002, p. 11).

Acrescentamos nesse leque de relações citados por Reigota, as formas de pensar e de agir estimulados pela educação ambiental, pois essa apresenta grande potencial operativo e interpretativo no sentido de pensar e agir sobre os problemas das relações entre sociedade e natureza, em todas as escalas e situações, indo do particular ao universal.

Em Almeida (2008) vemos que esse processo é mediado pela alteração dos processos formativos, de vez que, segundo a autora, a natureza em si deve ser uma prioridade, principalmente, nesse período de conturbadas dissociações de valores. Assim, o nosso olhar se restringe ao próprio egoísmo, de ver apenas o que está diretamente ao alcance dos olhos. Nesse sentido, a educação amplia a lente do nosso olhar através dos recursos formativos, na perspectiva da forma, estrutura, processo e função no processo de construção de conhecimentos. Assim, encurta-se esse espaço de tempo, permitindo-nos ver o mundo ontem, hoje e amanhã, observar a atualidade de problemas pretéritos que ainda se fazem presentes e problemas futuros que dependem do presente e outros que nos servirão de exemplo para possíveis soluções.

Para Felix Guatarri é necessária uma visão holística do universo que leve o homem a conscientização de si em relação ao mundo e o aguçamento da criticidade de jovens e adultos em relação à indústria do consumo, que nos cerca por todos os lados. Em *Caosmose* (2000) o filósofo leva o leitor para dentro do supermercado, e mostra a miserabilidade em que se encontram as relações sociais de consumo.

Para ele, esse ambiente, além de ser um símbolo do consumismo, é também um lugar onde se impede as aproximações humanas. Nesse espaço o consumidor tem um único objetivo: consumir, e não deve ser “atrapalhado”, não pode sair do foco e por isso ele é isolado do contato oral com as pessoas, como ele bem o mostra:

No supermercado não há mais tempo de tagarelar para apreciar qualidade de um produto, nem de pechinchar para fixar seu justo preço. A informação necessária e suficiente evacuou as dimensões existenciais de expressão. Não estamos mais lá para existir, mas para realizar nosso dever de consumidor (p. 115).

Percebe-se um espaço em que tudo é programado para um determinado objetivo: o consumo. O simulacro criado com a ideia de que o cliente é bem atendido quando tem ao seu alcance visual todas as informações que precisa desde que saiba ler. É uma maneira de evitar o contato, ou melhor, a distração. É como se o consumidor fosse um boneco que age exatamente como está previsto pelos articuladores do consumo. As pessoas não se comunicam, há sempre uma intermediação através de placas, rótulos, quadro de avisos, panfletos, entre outros.

Atualmente o humano, negando a si mesmo e, portanto, ao outro vai se cercando cada vez mais de aparatos técnicos, informacionais e maquinarias. Isola-se em pequenos cubículos

urbanos, limitando-se a uma espécie de ostracismo involuntário, sendo que sequer conhecem outras realidades, inclusive as relações sociais que se dão no campo, sendo, dessa forma, reificado aos poucos. Assim, para se pensar o homem nesse contexto de “Caosmose” é preciso pensá-lo em suas necessidades e individualidades psíquicas, culturais, sociais juntamente com as suas experiências pessoais a jusante de suas vivências e percepções, já que hoje, não só a natureza, mas também o homem é visto cartesianamente.

Vale ressaltar ainda, a forma como a mídia vem atuando sobre o contexto ambiental, sendo um dos principais impulsionadores de sentidos e significados, que lhe são atribuídos. Assim, a vida das pessoas pode se transformar em questão de minutos, seja para o bem ou para o mal, consoante o interesse econômicos e ideológicos dos que estão por trás do contexto midiático.

A televisão entra em nossas casas e em nossas vidas e influencia o nosso modo de pensar e agir, dita o que e como consumir e influencia diretamente na vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos, fatos que nos levam a observar como alguns programas têm contemplado a temática da natureza, ecologia e meio ambiente em suas reportagens. Ressalta-se aqui que não nos comprometemos com uma análise profunda sobre estes programas, mas em fomentar uma discussão a respeito do que a TV aberta brasileira apresenta sobre a natureza em seus programas.

Marilena Chauí em *Simulacro e poder, uma análise da mídia* (2006) esclarece alguns pontos escusos que ficam entre a realidade e a representação da realidade que é levada ao telespectador pela TV. Ela mostra o que é o simulacro e como é criado para atingir aos interesses de quem o leva ao público, interesses que refletem as intencionalidades daqueles que se escondem por trás das câmeras. Chauí diz que isso ocorre em tudo que é mostrado pela TV, desde o comercial, passando pela novela até o programa jornalístico e eventos em geral.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se que em alguns programas ligados à natureza, a impressão que se tem é de estarmos assistindo a um grande espetáculo em que os elementos naturais (animais principalmente) são os atores. Em programas como Globo repórter e SBT repórter, por exemplo, não se vê a devastação nem as matanças de animais. A maioria dos programas apresenta uma natureza linda, preservada, maravilhosa e para ser admirada, contemplada, uma vez que é, primeiramente, através dos olhos que se prende a atenção do telespectador.

Assim, tudo é mostrado como se a natureza estivesse em um quadro em movimento para ser apreciado a distância. As formas como as várias espécies de animais são mostradas retiram do indivíduo qualquer possibilidade de aproximação, são pontos de natureza intocada mostrada

como realidades, fatos que compactuam com o que Diegues (1998) chama de “Mito moderno da natureza intocada” que, segundo ele, são lugares fechados pelas autoridades ambientais para preservação e mostrados como naturais quando na verdade o fato de fechá-la já tira a naturalidade, tal é o caso dos parques ou reservas florestais já modificadas pelo homem.

Neste contexto, os programas mantêm um discurso estático, que enseja a percepção do telespectador de modo que ele seja receptor de algo que está fora de si. Ressalta-se que o mencionado programa, tanto o do SBT quanto os da Globo, são exibidos na sexta-feira à noite, depois de uma semana de trabalho e de stress e de uma jornada de aula, funcionando assim como um alento, um relaxamento. A natureza linda e sem problemas é ideal para que o indivíduo perceba todo o prazer e bem-estar que a televisão, especialmente esses programas, pode proporcionar.

Quando esses programas se dispõem a mostrar a devastação ou a matança de animais direcionam a visão do telespectador a um indivíduo, camuflando a raiz do problema. Para apresentar a matança dos jacarés, marcam a crueldade da figura do caçador de jacarés, não mostram os verdadeiros beneficiados com a morte dos bichos: as indústrias de bolsas, casacos e calçados e também alguns consumidores endinheirados que pagam fortunas para ostentarem seus bens de consumo, sem se perguntar quantos animais tiveram que morrer para ele satisfação do ego.

Percebe-se que esse processo de espetacularização da natureza, disseminado em grandes proporções pela TV, já havia sido iniciado antes pelas revistas fotojornalísticas como assevera Muniz Sodré:

A imagem feita da natureza brasileira é quase sempre de um país a descobrir ou em vias de construção. A paisagem virgem é revelada a maneira do descobridor, como se sua simples penetração pelo repórter e a consequente cobertura fotográfica marcassem automaticamente um fato de grande importância para o Estado e para a nação [...] A geografia nacional que, conhecida através de uma viagem real pode se revelar bastante inóspita e miserável, é um espetáculo colorido nas páginas das revistas (1992, p. 49-50).

Muniz Sodré diz sobre as revistas o que queremos expressar sobre o contexto televisivo. É só observar que até a vida do povo nordestino, quando afetado pela seca, aparece como um espetáculo para conhecimento de outros, como se aquilo fosse uma situação unicamente determinada pela natureza e ninguém pudesse fazer nada para resolver. São situações tratadas com paliativos, muitas vezes através de campanhas para arrecadação de dinheiro e mantimentos para os “pobrezinhos” e flagelados, tirando dessa gente, a dignidade e sua autonomia do trabalho e da própria subsistência e, isentando da responsabilidade, aqueles que “vampirizam” o povo, incluindo aí, tanto os entes públicos quanto as estruturas privativas do capitalismo.

Note-se que os jornalistas desses programas giram o mundo sempre com o papel de intermediário entre o homem (telespectador) e a natureza, enfatizando, mais uma vez, a dominância da mídia. Ela aparece como um narrador autônomo que possui “poder” sobre seus personagens e todos os outros elementos por ele apresentados, dando ao telespectador uma falsa comodidade, conforme interesses estéticos, ideológicos e econômicos, predeterminados.

Nesse sentido, lembramos a fala de Walter Benjamin (1994, p. 63) quando diz: “A tendência dos narradores é começarem sua história com uma apresentação das circunstâncias em que eles mesmos tomaram conhecimento daquilo que segue, quando não as dão pura e simplesmente como experiência pessoal”.

Tais artifícios são encontrados nas narrações nos programas de TV que, para dar mais dinâmica e veracidade ao que é dito e mostrado, torna-se essencial o papel do narrador e o repórter que acompanha as notícias in lócus e passa-as para o apresentador, que assume a atribuição de um narrador testemunha, acima de qualquer suspeita. Na verdade, esse tipo de apresentação jornalística já é de “praxe” em todas as notícias, por mais curtas que sejam, em qualquer emissora.

É interessante perceber que, nesses programas, a relação homem natureza é estruturada separadamente. O homem vê o meio em que vive, em geral, como o lugar da prosperidade econômica. A conservação ambiental, quando ela é adotada como prática, é mostrada apenas para benefício do homem e não pela natureza em si. Esse aspecto comunga com o que diz Ferry (2009), citado anteriormente, sobre a primeira ecologia em que tudo que é feito e pregado em prol de uma preservação ambiental, é pensando exclusivamente no humano. Dessa forma, vê-se que esses programas televisivos ainda estão muito longe da ecologia profunda, observada por Ferry, de pensar a preservação como respeito e irmandade aos outros elementos naturais: os não-humanos, ou seja, dos “direitos da árvore e dos animais e dos minerais”.

#### **4. Considerações Finais**

Dado os limites a que se propõem esse artigo, não foi fundamental aqui desenvolver postulados que dessem conta da enorme gama de questões que entremeiam os sentidos e significados atribuídos ao meio ambiente, mas demonstrar como a natureza se apresenta à percepção humana, especialmente no contexto das influências técnicas e científicas, que têm caracterizado a história do presente em uma sociedade internacionalizada.

Observamos, a priori, que são muitas as possibilidades de entender os sentidos e significados que ensejam reflexões básicas que envolvem o meio ambiente, sendo importante

ressaltar pelo menos uma questão comum aos fundamentos que estabelece sentido semântico ao termo: uma perspectiva interna e outra externa, situando-se a primeira no âmbito da aparência, daquilo que as nossas sensações nos transmite, de imediato. A segunda, podemos denominar de essência, a qual é alcançada sublimando a nossa capacidade reflexiva, eivada pela reflexão virtuosa, capaz de perceber aquilo que se esconde por trás das atitudes, materializadas em nossas ações e intenções.

Outra questão com a qual nos deparamos envolve o debate político. Nesse ponto, ressaltamos o papel de Chico Mendes pelo seu pioneirismo na defesa dos povos tradicionais da floresta. Concluímos esse tópico demonstrando que dificilmente se chega a um conceito acabado de meio ambiente, dada a inúmeras perspectivas que envolvem o debate ambiental, perspectivas essas, que nos levam geralmente a estabelecer deduções sobre processos naturais e não naturais. Refletimos também, sobre dinâmica ambiental, em sentido mais amplo, dado que ela não é composta apenas de matéria bruta, maleável e sujeita a exploração incomensurável do homem. Na verdade, trata-se de um sistema complexo, cujo equilíbrio depende da manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, em que pese o excessivo uso dos estoques de recursos naturais que tende a se exaurir, ou seja, chegar numa “situação limite”.

Discutimos ainda, o papel da educação ambiental, pois através dela ampliamos a lente do nosso olhar. Contando, para tal intento, com a mediação do educador ambiental que deve assumir a posição de orientador dos processos formativos, para que o estudante, seja ele próprio, o analista e/ou crítico dos processos interpretativos que lhe rodeia, tendo em vista que a aprendizagem não se dá diretamente, mas também e através de exemplos, comportamentos e ações.

Ressaltamos por fim, o influxo produzido pela mídia, sobretudo a televisiva, haja vista que ela tem exercido forte influência nos processos de aquisição de bens de consumo, principalmente através de alguns programas de TV, cuja programação contempla a temática de natureza, ecologia e meio ambiente em suas reportagens. Ressalta-se que não nos comprometemos com uma análise profunda sobre estes programas, mas em fomentar uma discussão a respeito do que a TV aberta brasileira apresenta sobre o meio ambiente.

## 5. Referências

ALMEIDA, Maria do Socorro P. de. **Literatura e Meio ambiente: Bichos de Miguel Torga e Vidas secas de Graciliano Ramos sob a visão ecocrítica**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2008.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política, Ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. **Educação ambiental, a formação do sujeito ecológico.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental, a formação do sujeito ecológico.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **A invenção ecológica, narrativas e trajetória da educação ambiental no Brasil.** 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CARVALHO, Marcos. **O que é natureza.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica. A árvore, o animal e o homem.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias.** São Paulo: Papyrus, 2005.

GRINBERG, Miguel. **Ecofalacias, el poder transnacional y la expropiación del discurso “verde”.** Rosário, AG: Fundação A. Ross, 2012.

LOWY, Michael. **Ecologia e socialismo.** (trad. Jaci dantas e Mª de Lourdes de Almeida). São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Roberto. **Prefácio.** In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* 25 ed. (trad. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

MALTA, Sérgio. Por uma abordagem geográfica para compreensão do mundo globalizado na escola. In: **Revista Portal do São Francisco**, v. 02, nº 02, Belém do São Francisco – PE: 2005.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco.** Petrópoles: Vozes, 1992.

SPRETNAK, Charlene. **Estados de gracia, como recuperar el sentido para uma posmodernidad ecológica.** (direção) Guillermo Sabenes. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta. 1992.